

## SUBJETIVAÇÃO-REVOLUÇÃO: POSSIBILIDADES DECOLONIAIS DE RE-EXISTIR<sup>1</sup>

Vitória Barbosa Mancini<sup>2</sup>  
Daniela Cristina Belchior Mota<sup>3</sup>

### RESUMO:

Na direção oposta à da tradição filosófica moderna que aponta para existência de uma essência humana universal, objetiva-se, neste ensaio, compreender como as lógicas do capitalismo e, principalmente, da colonialidade, produziram, historicamente, os modos de ser e existir dos sujeitos no território latino-americano e quais horizontes possíveis para sua superação. Para tanto, buscou-se desvendar e desnaturalizar as políticas de subjetivação assujeitadoras vigentes, para discutir sua dissolução através da produção – ou resgate – de uma subjetivação decolonial. Em um primeiro momento, buscou-se identificar as normas subjetivas que estruturam a cartografia do presente e que reproduzem os valores próprios do regime colonial-capitalista, como o racismo e o individualismo, para então, pensar e ficcionar agenciamentos capazes de enunciar uma outra forma de ser que rompa com reprodução de um mundo cindido, hierarquizado, marcado pela dominação, exploração, violência e opressão, inspirando-se, principalmente, na resistência continuada de povos que foram, desde sempre, sujeitos-alvo do processo de colonização.

Palavras-chave: Subjetivação. Colonialidade. Capitalismo. Decolonialidade. América Latina.

### SUBJECTIVATION-REVOLUTION: DECOLONIAL POSSIBILITIES OF RE-EXISTING

### ABSTRACT:

In the opposite direction to the modern philosophical tradition that points to the existence of a universal human essence, we seek, in this essay, understanding how the logics of capitalism and, mainly, that of coloniality have historically produced the ways of being and existing of subjects in the Latin American territory and what possible horizons to overcome them. To do so, we sought to unravel and desnaturalize the current subjectivation policy, and then discuss its overcomings through the production – or rescue – of a decolonial subjectivation. At first, we sought to identify the subjective norms that design the cartography of the present and that reproduce the values of the colonial-capitalism regime, such as racism and individualismo, in order to think and fictionalize agencyings

<sup>1</sup> Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia, na Linha de Pesquisa Psicologia e Relações Sociais, Comunitárias e Políticas. Recebido em 21/10/2021 e aprovado, após reformulações, em 19/11/2021.

<sup>2</sup> Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: vitoria.mancini@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: danielamota@uniacademia.edu.br

capable of outlining another way of being that breaks with the reproduction of a divided, hierarchial world, marked by exploitation, violence, and oppression, inspired mainly by the recurrent resistance of people who have always been the targets of the colonization process.

Keywords: Subjectivaction. Coloniality. Capitalism. Decoloniality. Latin America.

## 1 INTRODUÇÃO

A tentativa de compreensão da categoria subjetividade sempre perpassou as investigações do campo psi, afinal, para dizer dos sujeitos e de suas relações pareceu ser fundamental entender seus modos de ser e existir, suas razões e porquês, suas características interiores e individuais que determinariam seus comportamentos e movimentos. Essa necessidade de análise e interpretação levou pesquisadores e pesquisadoras a se debruçarem sobre elementos íntimos dos sujeitos que seriam, nesta concepção, a causa ou a razão de ser para cada um individualmente. Segundo esta perspectiva, os sujeitos seriam aqueles detentores de uma essência/natureza humana e a sociedade seria formada por um amontoado de indivíduos, um amontoado de formas de ser, um somatório de subjetividades individuais.

Na contramão dessa concepção, que aponta para subjetividades universais e inerentes aos sujeitos, o que se pretende discutir neste estudo é a subjetividade enquanto produção histórica. É importante dizer que a noção de história admitida aqui não diz respeito àquela que se pretende universal e neutra, mas sim àquela, defendida por Machado e Lavrador (2010), que se coloca enquanto um emaranhado de linhas que se movimentam, se misturam, se tocam e se afastam. Linhas não-lineares que se embaralham e produzem condições que possibilitam a emergência de objetos, sujeitos, saberes e relações.

Nesse sentido, ao invés da aposta em uma “essência humana”, defende-se que as subjetividades são produzidas a partir da composição de forças da realidade, atendendo a suas determinações e imposições que se situam num determinado contexto histórico e social. Defende-se ainda a existência de processos contínuos de produção de modos de vida, as chamadas políticas de subjetivação, que atendem aos pressupostos que estruturam e determinam a vida. As subjetividades resultantes deste tipo de produção podem se tratar tanto

daquelas formatadas que reproduzem a ordem vigente, quanto daquelas que irrompem enquanto dispositivos de singularização.

Guattari e Rolnik (1996) apontam para a existência de uma subjetivação capitalística, ou seja, uma produção de subjetividades que parte da lógica do capital e reproduz os valores próprios desse regime, definindo a forma como os sujeitos se relacionam e estruturam suas vidas. Neste estudo, baseando-se nesta concepção, buscou-se desenvolver construções acerca de uma possível produção de subjetividades a partir da lógica da colonialidade. Esta presunção decorre, principalmente, da compreensão das similaridades e, inclusive, interdependência entre estes dois regimes, afinal, o colonialismo viabiliza e sustenta o modo de produção capitalista a partir da exploração de uma suposta periferia mundial (QUIJANO, 2005). Para além de constatar a existência desse modo de ser colonial/colonizado, que reproduz em cada sujeito os princípios da dinâmica da colonização, tentou-se delinear caminhos possíveis para produção de fissuras rumo a uma subjetivação decolonial<sup>4</sup>.

Para tanto, apostou-se, neste ensaio, em uma possível aproximação entre autores e autoras que, apesar de partirem de diferentes perspectivas teórico-epistemológicas, confluem numa mesma crítica às formas contemporâneas de produção de assujeitamento. Nesse sentido, buscou-se construir diálogos – e pontes – entre autores e autoras do debate micropolítico, referências latino-americanas e pensadores e pensadoras que questionam e discutem o eurocentrismo, a lógica capitalista, neoliberal e da colonialidade a fim de aprofundar o debate sobre as subjetividades servis, capturadas, normalizadas e sujeitadas que vêm sendo produzidas nos territórios que sofreram processo de colonização.

A pertinência deste estudo se faz não somente por uma vontade pessoal de realizá-lo, mas o próprio desejo e a insurgência de discussões acerca de temas da colonialidade faz uma denúncia: há algo na composição de forças da realidade de hoje que evidencia as contradições que estruturam nossas vidas,

---

<sup>4</sup> A escolha pela perspectiva decolonial se dá a partir da compreensão de que, neste estudo, não se pretende discutir a superação do colonialismo através das independências jurídico-políticas das ex-colônias, mas sim analisar – partindo da realidade dos territórios latino-americanos e extrapolando abordagens puramente eurocentradas – o quê do mundo colonial ainda estrutura a cartografia do presente, produzindo e reforçando a servidão voluntária dos sujeitos colonizados. Decolonial aqui, portanto, em contraposição à noção de colonialidade (QUIJANO, 1992).

nos impelindo em busca de outras respostas, outros horizontes, outras utopias. A robustez de movimentos anticapitalistas, antirracistas e ambientalistas vêm denunciando o esgotamento e as fragilidades do sistema sob o qual vivemos, nos despertando para a crise que corre diante de nossos olhos: não há espaço para a vida.

Dessa maneira, o desejo de construir essa pesquisa não diz apenas de quem a organiza, mas, em consonância com o que será defendido, diz da necessidade que urge lá fora (e, portanto, aqui dentro), de redesenharmos os contornos de nós mesmos, de nossos modos de ser e da realidade. De resistirmos às amarras e afirmarmos a potência da vida. De nos indignarmos ante a dominação e exploração. De construirmos outros horizontes possíveis. De reapropriarmos-nos de nossa história. De insurgirmos, coletivamente. Que possamos, então, nos manter receptivos a essa convocação: é tempo de transformar, de decolonizar.

## **2 SUBJETIVAÇÃO: PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES E DE MODOS DE VIDA**

Na contramão da tradição filosófica moderna que, historicamente, partiu do entendimento de que existiria uma “essência/natureza” humana universal, alguns autores contemporâneos, que serão trabalhados ao longo deste estudo, propõem uma concepção de sujeitos que se formam a partir das experiências e dos encontros que produzem efeitos e sentidos (MANSANO, 2009). Nesta concepção, a subjetividade não estaria relacionada a algo interior, íntimo e inerente aos sujeitos, mas corresponderia às forças que compõem o contexto social e que produzem, a todo momento, modos de vida. Dessa forma, a noção de subjetividade trabalhada aqui diz respeito àquela que é, sobretudo, fabricada e produzida pelo movimento da realidade (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Partindo desse entendimento, pode-se dizer que as subjetividades são forjadas a partir de uma flexão ou curvatura do diagrama de forças e fluxos da realidade (SILVA, 2004) que se sobrepõem, se interseccionam, se agenciam e, em um determinado contexto histórico, fabricam modos de ser e de existir ao organizar, provisoriamente, uma composição de forças subjetivas que dizem

sobre os sujeitos, mas dizem, ainda mais, sobre as lógicas as quais estes estão submetidos. Essas subjetividades produzidas seriam, dessa forma, de acordo com Guattari e Rolnik (1996, p. 33), “[...] essencialmente social(is), e assumida(s) e vivida(s) por indivíduos em suas existências particulares.”

Nessa mesma direção, Foucault (2005) aponta para a desnaturalização da concepção de sujeito ao compreendê-lo como um efeito das relações de poder que se estabelecem na relação com momentos históricos. De acordo com o autor, os indivíduos – ou sujeitos – são forjados a partir de uma série de mecanismos políticos, sociais e discursivos que agem sobre os corpos, determinando seus comportamentos, gestos e desejos. Os processos de subjetivação estariam relacionados, nesta concepção, àquelas tecnologias de poder através das quais se produziria as subjetividades dos sujeitos.

Dessa maneira, ao compreender que os sujeitos são forjados pelo entrecruzamento de múltiplos componentes da realidade, pode-se afirmar que o processo de produção de subjetividades é atravessado e determinado por uma série de pressupostos e marcadores que estruturam a vida. Da mesma forma, as subjetividades-produto deste processo são atravessadas e compostas por esses elementos – racistas, classistas e coloniais, por exemplo –, e expressam, portanto, as capturas e contradições próprias de determinado espaço/tempo. Aqui, pode-se apontar a perspectiva defendida por Machado e Lavrador (2010), sobre a existência de políticas de subjetivação. De acordo com essas autoras, todas as políticas que estão em curso fabricam e repercutem modos de vida que podem se direcionar à potência ou à mortificação da vida.

A partir dessas construções, pretende-se, no presente ensaio, lançar mão de análises que permitam acompanhar algumas facetas dos modos de subjetivação intrínsecos ao regime capitalista e colonial vigente que, ao agir sobre os corpos, produziu sua sujeição, servidão e alienação, contribuindo para a “cafetinagem” da vida (ROLNIK, 2021, p. 32).

## 2.1 SUBJETIVIDADES COLONIAIS-CAPITALÍSTICAS: CAPITALISMO, COLONIALIDADE E ASSUJEITAMENTO

A colonização enquanto manifestação política é anterior à ascensão do capitalismo enquanto sistema econômico mundial e o acompanha – e o viabiliza – em suas diferentes etapas de desenvolvimento. As relações de produção e acumulação que se deram no contexto da dominação colonial, a partir do século XVI, tornaram o capitalismo possível enquanto modo de produção, uma vez que os territórios coloniais serviram ora como fornecedores de matéria-prima – e não à toa alguns receberam nomes de mercadorias<sup>5</sup> (IANNI, 2005) –, ora como mercado consumidor (FANON, 1968; FERREIRA, 2014).

Quijano (2005) aponta que o processo de colonização da América inaugura um novo padrão de poder mundial devido a dois processos históricos que convergiram e se produziram sobre esse território. Por um lado, a classificação social a partir da ideia de raça e, por outro, a ampliação do controle sobre o trabalho, seus recursos e produtos em torno do mercado mundial. De acordo com Galeano (2010), por aqui, desde a invasão colonial até os dias de hoje, tudo sempre se transformou em capital europeu, da terra e seus frutos aos homens e suas vidas. Sendo assim, a história da exploração da América Latina e seu “subdesenvolvimento” esteve sempre implícita na vitória e “desenvolvimento”<sup>6</sup> de outros. Em chão latino-americano, testemunhou-se a máxima da “[...]pobreza do homem como resultado da riqueza da terra” (GALEANO, 2010, p. 27).

Dessa maneira, a América Latina constituiu-se enquanto esse espaço/tempo, inaugurado pelo mercantilismo (IANNI, 2005), que sustentou, principalmente a partir da divisão racial do trabalho e do assalto à natureza, o crescimento e enriquecimento dos povos brancos europeus. Essa colonialidade do controle sobre a exploração, produção e acumulação de riquezas determinou a geografia social do capitalismo: de um lado, a Europa, enquanto centro do mundo e, do outro, a periferia, composta também pelos territórios latino-americanos. Essa condição tornou a Europa não somente centro do capitalismo

---

<sup>5</sup> Como exemplo, podemos citar o Brasil que recebe esse nome devido à primeira e principal mercadoria de exportação do período colonial, o pau-brasil, e também a Argentina, cujo nome tem origem no termo em latim “argentum” que significa prata.

<sup>6</sup> Parte-se, neste estudo, de uma visão crítica acerca das ideias de desenvolvimento e subdesenvolvimento que são consideradas, de acordo com alguns dos autores trabalhados aqui, produções históricas com raízes coloniais que justificam e sustentam desigualdades, hierarquias e uma outra forma de imperialismo entre as regiões do mundo capitalista (ACOSTA, 2016).

mundial, mas também concentrou sob seu domínio o controle sobre todas as formas de produção de sentido e de conhecimento (QUIJANO, 2005).

O capitalismo, enquanto esse sistema mundial moderno, colonial e eurocentrado (QUIJANO, 2005), precisou, para sua viabilização, de uma norma subjetiva que reproduzisse seus valores e princípios, garantindo a produção de indivíduos formatados, úteis e produtivos. Nesse sentido, Guattari e Rolnik (1996, p. 27) definem como “subjetivação capitalística” aquela produção de subjetividades que parte da política capitalista, chegando aos sujeitos através da linguagem, da família, das instituições e de tudo mais que os cercam, definindo seus modos de ser e agir, a forma como se estruturam suas relações sociais, determinando os contornos do regime vigente e apontando os caminhos para a tessitura social que lhe serve.

Conforme apontam esses autores, a produção de subjetividades capitalísticas é padronizada, serializada, normalizada, remetendo a processos maquínicos. É através dessa produção que as classes dominantes do modo de produção capitalista garantem o controle sobre os sistemas de produção e da vida. Esta ordem capitalística produz a forma como os sujeitos se relacionam com a produção, com a natureza, com o movimento e com os fatos e, sobretudo, produz a relação dos sujeitos com o mundo e consigo mesmos (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

A forma como os indivíduos irão experienciar essa subjetividade fabricada pode se dar de diferentes maneiras: em uma relação de alienação e opressão – quando o sujeito se submete à subjetividade tal qual ela lhe é imposta; e, em uma relação de expressão e criação – quando o sujeito se apropria dos componentes da subjetividade e os atualiza. Essa segunda forma de experienciar a subjetividade, a partir de possíveis invenções subjetivas, é nomeado como processo de singularização (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Esse tipo de subjetividade, produzida a partir da lógica do capital, reduz os sujeitos à sua face pessoal, descolando-os da noção de coletividade e de dimensões essenciais da existência. É como se os sujeitos vivessem anestesiados, reduzidos meramente a sua capacidade produtiva e de consumo e tudo o que é da esfera da ruptura e da transformação é rapidamente capturado pela lógica dominante, categorizado, descrito e enquadrado. Nesse sentido, os

indivíduos que vivem sob o regime do capitalismo tendem a experienciar suas subjetividades através da alienação e opressão, tendo em vista que as condições objetivas e subjetivas da realidade não incentivam e possibilitam a proliferação de micropolíticas ativas e disruptivas (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Dardot e Laval (2016) atualizam esse debate na tentativa de compreender melhor a nova forma como vem se apresentando o capitalismo desde meados do século XX: o neoliberalismo. De acordo com esses autores, esse sistema normativo amplia e estende a lógica do capital para todas as relações sociais e esferas da vida. Essa expansão só se torna possível na medida em que uma nova norma subjetiva é colocada em prática garantindo a fabricação de um novo homem engendrado a partir de novas práticas discursivas e institucionais. O novo discurso que torna o sujeito esse animal produtivo e consumidor, inaugura a figura do “homem-empresa” ou “sujeito-empresa” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 379) que se conduz enquanto entidade competitiva, assumindo a inteira responsabilidade sobre seu próprio destino.

Esse “neossujeito” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 322), como definido pelos autores, é o indivíduo liberal que é, supostamente, livre e proprietário de si, mas apenas mais uma engrenagem dos grandes mecanismos da lógica de mercado. Para a fabricação deste novo homem eficaz deverá existir uma série de dispositivos de controle sobre o corpo, sobre a educação, a organização do trabalho, o lazer e descanso, mas, sobretudo, deverá haver uma gestão sobre as mentes. Nesse sentido, apontam que o desejo passa a ser o novo alvo do poder neoliberal para que, dessa forma, os sujeitos passem a acreditar que trabalham, produzem e consomem por sua vontade própria e não por que lhes é imposto. É o que defendem como cúmulo da alienação, já que para suprimir qualquer sentimento de alienação, aliena-se inclusive o próprio desejo. Dessa forma, “[...] obedecer ao próprio desejo ou ao Outro que fala em voz baixa dentro de nós dá no mesmo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 328).

Para além do regime capitalista que estrutura e determina a vida no mundo há cinco séculos, diversos outros fatores definem os contornos da realidade objetiva e, portanto, também subjetiva (GUATTARI; ROLNIK, 1996). A lógica da colonialidade diz respeito às práticas micropolíticas que se mantêm presentes nas relações sociais mesmo após proclamadas as independências

das ex-colônias (ESPÓSITO, 2020). Mbembe (2014) aponta que a colonialidade é formada por um conjunto diverso de preceitos políticos e discursivos que permanecem em curso nos territórios que sofreram processos de colonização. Nesse sentido, há a aposta de que, assim como o sistema capitalista produz agenciamentos, realidades e subjetividades que obedeçam e sirvam à sua lógica (GUATTARI; ROLNIK, 1996); a colonialidade, enquanto uma micropolítica que produz efeitos, também o faz.

Frantz Fanon (1968) define o mundo colonial como um mundo maniqueísta, dividido em dois a partir de uma premissa básica e estruturante: a dominação de uma espécie sobre a outra. Essa relação de dominação e opressão é expressa através da violência direta e da negação sistematizada do outro. Os sujeitos-alvo do processo de colonização, são, desta maneira, despidos de sua humanidade, coisificados, se tornando mais um elemento da natureza colonial a ser dominado, domado e explorado de forma predatória, tornando-se uma “sombra personificada”, uma “coisa possuída”, segundo Mbembe (2016, p. 132).

De acordo com Fanon (1968), para além da violência visível marcada pela proibição de dizer, fazer e ser, expressa pelos soldados, porta-vozes da opressão; existe aquela violência invisível que convence os sujeitos de sua servidão e impotência. Nesse sentido, existiriam uma série de discursos e práticas aliadas à dominação, que contribuiriam para o amansamento dos sujeitos colonizados, como a religião católica que forneceria não só justificativas para a dominação, mas, principalmente, consolo ao prometer um paraíso a ser alcançado se os sujeitos se resignassem, aceitassem sua condição e recusassem a sensibilidade ao outro e à vida (FANON, 1968; ROLNIK, 2006).

Pode-se pressupor que as repercussões psicossociais desse tipo de tradição colonialista sejam gigantescas, produzindo ecos nos modos de ser dos sujeitos que têm suas histórias atravessadas pela dominação colonial, afinal, suas subjetividades são, conforme o que foi tratado anteriormente, produzidas a partir do diagrama de forças e contradições que compõem a realidade da colonialidade e que ainda se reproduzem e se mantêm na dinâmica social das ex-colônias. Dessa maneira, assim como há uma produção de subjetividade

capitalística (GUATTARI; ROLNIK, 1996), pressupõe-se haver também uma produção de subjetividades coloniais/colonizadas.

Esta produção de uma subjetivação colonial partirá de preceitos próprios da lógica da colonialidade e será a responsável pela reprodução deste regime, afinal, conforme Rolnik (2006, p.3) “[...] cada regime depende de uma forma específica de subjetividade para sua viabilização no cotidiano de todos e de cada um”. Nesse sentido, se a sociedade colonial é cindida e forjada a partir do projeto de dominação e exploração de uma raça sobre outra (FANON, 1968), é coerente pressupor que as subjetividades fabricadas a partir desse regime racializante, se orientem levando em consideração a existência dessa hierarquia imaginária, que atribui diferentes valores para cada existência.

Esse projeto de dominação e exploração entre raças e o próprio conceito de raça, em seu sentido moderno, adquire outros contornos e significados a partir da colonização da América, de acordo com Quijano (2005). Segundo este autor, a codificação das diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados estabeleceu-se como instrumento de classificação social básica da população e conferiu legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. Isto porque determinadas características físicas passaram a ser associadas a características psicológicas, morais e intelectuais dos sujeitos. Dessa forma, os povos dominados, assim como sua cultura, foram colocados em uma posição “natural” de inferioridade, passando a ser lidos como primitivos, supersticiosos e a-históricos (QUIJANO, 2005; MAZAMA, 2009).

Schuman (2014) aponta que o conceito de raça, que parte dessa ideia equivocada de diferenciação biológica, seria, na verdade, uma construção social que cumpre a função de criar e reproduzir desigualdades e privilégios. Dessa forma, a raça não diria respeito apenas às possíveis diferenças fenotípicas entre os sujeitos, mas, principalmente, ao lugar ocupado por aqueles que estão à margem da norma universal da branquitude (NASCIMENTO, 2009).

Mbembe (2016) considera que a raça foi sempre a sombra presente nas práticas políticas do Ocidente, principalmente no que diz respeito a desumanização e dominação de povos estrangeiros. Nesse sentido, o autor defende que nos territórios colonizados, o racismo – enquanto uma tecnologia de poder que regula a distribuição de morte –, foi associado às noções de estado

de exceção e de sítio, construindo um cenário peculiar de terror em que a violência operava a favor da civilização – ou eliminação – desses não-humanos. Essas práticas de genocídio, que se estabeleceram no projeto colonial, se atualizam permanentemente e continuam a produzir políticas de morte – objetivas e subjetivas.

A análise sobre o processo de racialização da dominação permite compreender como os povos conquistados foram reduzidos a uma nova categoria racial, colonial e negativa: “índios” ou “negros”, que foram “[...] despojados de suas próprias e singulares identidades históricas” (QUIJANO, 2005, p.127). Houve, nesse sentido, um processo de invisibilização ou encobrimento que prejudicou a apreensão desses sujeitos de sua própria história, que passou, então, a ser contada por aqueles que a sequestraram. Essa produção histórica que parte de uma perspectiva eurocêntrica funciona como um espelho que distorce o que reflete e ao tomar essa imagem refletida como referência há de se ter sempre uma visão parcial, distorcida, alheia e objetificada de quem se é (QUIJANO, 2005). O efeito inevitável desse tipo de política em curso é a fabricação de subjetividades-produto e reprodutoras de toda essa contradição e opressão (ROLNIK, 2021), afinal, essa pretensa hierarquia entre povos se reproduz em todas as relações e se espraia de forma capilar por todo tecido social das ex-colônias até os dias de hoje.

Para além da raça, diversos outros elementos do regime colonial podem ser estruturantes dos modos de ser dos sujeitos. De acordo com Fanon (1968), o individualismo é um outro grande argumento do colonialismo que tem interesse na produção de indivíduos que se encerrem em si mesmos, afinal, a atomização do colonizado viabiliza sua dominação. Esse narcisismo colonial que exclui o outro enquanto presença possível de trançar diálogo fragiliza e impossibilita as dimensões da coexistência (SIMAS; RUFINO, 2020). Essa cisão dos sujeitos uns com os outros e consigo mesmo é, segundo Rolnik (2020)<sup>7</sup>, a doença que funda o regime colonial-capitalístico-racializante.

Essa cesura, própria da política colonial, ultrapassa as relações entre os sujeitos, atingindo, inclusive, a relação desses com o mundo ao seu redor. Antes

---

<sup>7</sup> Suely Rolnik. Descolonizar as Subjetividades, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-CwE9x0gn0s&t=6096s>. Acesso em: 19 out. 2021. **CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 3, n. 6, p. 735-756, jul./dez. 2021 – ISSN 2674-9483**

da invasão, as relações que se estabeleciam nos territórios que compõem o que atualmente chamamos de América Latina, partiam de um ideal de harmonia entre os povos e a natureza. Ailton Krenak e Davi Kopenawa, importantes pensadores indígenas, narram com detalhes a perspectiva de seus povos que, partindo de noções horizontalizadas de poder, compreendem a natureza enquanto elemento vivo de sua matriz comunitária, atribuindo a ela características anímicas, humanas e subjetivas. Nesta concepção, a subjetividade não estaria relacionada apenas ao humano, mas a todos os seres, lugares e elementos que ao emanarem vida produziram e se apropriaram dos efeitos das forças do mundo (KOPENAWA; ALBERT, 2015; KRENAK, 2019).

O projeto colonial, em desacordo com essa perspectiva plural que descentraliza o ser humano, forjou sujeitos – reduzidos – que deixaram de se enxergar enquanto parte da natureza e ao distanciarem-se e alienarem-se dela, tornaram-na objeto possível de ser explorado e esgotado. Kopenawa (2015, p. 407) se questiona sobre o que fazem os brancos – “povos da mercadoria”, como costuma chamá-los – com todo esse ouro: “[...]Por acaso eles o comem?”. Na verdade, ao ser tomada como recurso natural, a natureza – objetificada e emudecida – não alimentou necessariamente nenhum homem, mas viabilizou o extrativismo e alavancou a acumulação de capital, tornando poderosos aqueles que dela se apropriaram.

Nessa mesma direção, Krenak (2019) aponta que, para além da natureza, a subjetividade é a matéria que este tempo – especialista em criar ausências – deseja consumir e, por essa razão, a quer reduzida e fragmentada. De acordo com o autor, resistir a esse projeto zumbi de humanidade significou, para os povos originários, expandir suas subjetividades de modo a ampliar seu horizonte existencial.

Rolnik (2021, p. 109) define como “inconsciente colonial-capitalístico” o regime de inconsciente próprio do sistema de poder que se instala por todo o mundo ocidental. Esse tipo de regime do inconsciente, caracterizado justamente por essa redução da subjetividade e pela expropriação de sua força vital de criação, partiria de uma micropolítica reativa que busca, constantemente, conservar as formas de existência. Dialogando com esta concepção, propõe-se aqui que as subjetividades coloniais-capitalísticas seriam aquelas que, agindo

contra a produção da vida, reproduziriam o que está instituído ao infinito. Em territórios que sofreram processo de colonização reproduzir o instituído implica, necessariamente, na reprodução de uma cartografia marcada pela violência, hierarquia, abuso, assujeitamento e opressão.

Os sujeitos que experienciam esse tipo de norma subjetiva acreditam que a forma como a vida está estruturada é a única possível e, por essa razão, interpretam qualquer possível movimento de transformação como sinal de dissolução e fim do mundo, passando a agir, portanto, de forma a evitá-lo. Isso acontece, segundo Rolnik (2021), porque essas subjetividades coloniais-capitalísticas desconhecem o processo de constante transmutação de si e do mundo e, dessa forma, compreendem o mal-estar da desestabilização – ou de transformação – como algo ruim, tomando-o, muitas vezes, como angústia a ser descrita, patologizada, medicada e neutralizada. Assim, com o intuito de continuar pertencendo a esse mundo, os sujeitos continuam reproduzindo violências e ressoando impotências contra si próprios. Romper com esse cenário de repetição, significa, rasgar a cartografia do presente e liberar a singularidade de padrões que a achatam (MACHADO; LAVRADOR, 2010).

### **3 SUBJETIVAÇÃO DECOLONIAL: POSSÍVEIS AGENCIAMENTOS**

Se, por um lado, a produção de subjetividades é essencial para a reprodução e manutenção da conjuntura, é através dela também que se torna possível romper com a lógica dominante e viabilizar a produção de outros horizontes possíveis. Guattari e Rolnik (1996) apontam que a revolução também diz respeito à produção de subjetividades, mas, nesse caso, ao invés de subjetividades assujeitadas, devem ser produzidas aquelas capazes de gerir processos de singularização subjetiva que não sirvam mais a este regime. Nesse sentido, para pôr fim a reprodução de um mundo colonial, inerte, cindido, marcado pela opressão e violência, há de se gestar uma subjetivação decolonial.

Fanon (1968) aponta que o processo de descolonização é histórico e é fundamentado pela possibilidade de criação de novas relações, de uma nova linguagem e de um novo homem. De acordo com o autor, a descolonização não passa despercebida porque modifica fundamentalmente os sujeitos,

transformam-nos à medida que os liberta. Até o rompimento desse processo, é o colono quem faz o colonizado, quem o produz e quem conta sua história. A partir da descolonização, os sujeitos que antes eram meros espectadores de sua própria existência, são convocados a se assumirem protagonistas de suas próprias vidas. A descolonização da vida é, assim, a possibilidade de tomá-la de volta para si.

Partindo dessa compreensão sobre o processo de descolonização, é coerente pressupor que a produção de uma subjetivação decolonial, ou seja, uma subjetivação que enfrente e supere a lógica da colonialidade, deve se nutrir dos mesmos princípios que afirmam outras maneiras de ser, perceber e sentir. Na contramão da supressão e silenciamento, típicos do regime colonial (FANON, 1968), a produção de subjetividades decoloniais devem favorecer a emergência de modos de existir originais, singulares, autônomos, não-lineares, não-capturáveis.

Para tanto, em um primeiro momento, deve-se identificar quais são as forças que produziram – e produzem – a sujeição dos corpos, denunciando-as para transformá-las. Depois, deve-se permitir a proliferação daquilo que Rolnik (2021) conceitua como micropolítica ativa, ou seja, aquela política do desejo própria de uma subjetividade que busca vias de passagem para a germinação do embrião de um outro mundo possível. Indo de encontro à política de produção de escassez, desencanto e de morte, típicas do regime colonial, que gera “sobras viventes” (SIMAS; RUFINO, 2020, p. 3), seres descartáveis, essa outra política disruptiva permitiria, então, ficcionar caminhos que apontem para outras formas de ser e sentir que rompam com a hierarquização de uma sociedade adoecida, contribuindo para o reposicionamento dos corpos no mundo (SIMAS; RUFINO, 2020).

Aqui, há de se resgatar o que Rolnik (2006) conceitua como corpo vibrátil, que está relacionado àquela capacidade dos sujeitos de sentirem e de se apropriarem das forças que pulsam em sua textura sensível; a capacidade de ser afetado pelas contradições e movimentos da realidade; a capacidade de vibrar às forças do mundo. Isso significa que, indo de encontro a um modo de subjetivação que enrijece, anestesia e cristaliza as sensibilidades, devem ser produzidas aquelas subjetividades que correspondam à urgência de invenção de

outras formas de existir. Uma subjetivação decolonial seria aquela, portanto, que favorece processos de reapropriação de si pelos próprios sujeitos – a singularização (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

A produção de uma subjetivação decolonial deve surgir enquanto prática de resistência a modos de ser hegemônicos e normalizadores, se tornando, portanto, uma forma de protesto ao assujeitamento, à fragmentação da vida, à dominação e servidão. Os sujeitos resultantes desta nova subjetivação devem ser aqueles capazes de transpor as barreiras subjetivas que os mantinham reprodutores da violência contra si mesmos e contra a própria vida. Sujeitos capazes de existir sem serem reduzidos a meros cumpridores de normas universalizadas (MANSANO, 2009), capazes de redesenhar os contornos de si. Sujeitos insurrecionais, atentos ao convite para a transformação de um mundo em que não lhes cabem mais. A este atrevimento de singularizar correspondem as revoluções moleculares (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Mas como fazê-la? Como produzir outras subjetividades? Dardot e Laval (2017), partindo da análise sobre as engrenagens institucionais, dão algumas pistas sobre caminhos possíveis para uma outra subjetivação. Os autores propõem-se a investigar como a atividade humana pode enunciar uma nova forma de ser e instituir uma nova regra social. Para isso, contrapõem-se à noção de instituição enquanto apenas um conjunto de regras estático e inerte, acrescentando a isto a atividade instituinte, ou seja, a *práxis* cotidiana que sustenta o que foi instituído, mantendo-o ou transformando-o. Nesse sentido, definem como *práxis* instituinte a ação humana orientada para transformação que é condicionada pelas circunstâncias que a precedem, ou seja, pelo que está dado anteriormente, mas que não se resume a mera repetição justamente porque, na contramão da reprodução, subvertem o antigo estado das coisas, inaugurando algo novo. Essa *práxis* pressupõe não só a transformação das circunstâncias, mas também a autotransformação dos sujeitos no próprio curso da ação, afinal

[...] a natureza se realiza em movimento e também nós, seus filhos, que somos o que somos e ao mesmo tempo somos o que fazemos para mudar o que somos. Como dizia Paulo Freire, o educador que morreu aprendendo: “Somos andando”. (GALEANO, 2011, p. 317).

Essa concepção, defendida por Dardot e Laval (2017), traz à tona a compreensão de que a atividade humana é contínua e ao mesmo tempo que estabelece um novo sistema de regras, modifica e reinventa o que ela própria estabeleceu, impedindo sua paralisação e cristalização. Nesse sentido, é a *práxis* que oportuniza a reinvenção permanente do que foi instituído, frustrando sua inércia e possibilitando que se conjecture outros futuros possíveis. Dessa maneira, assim como a atividade humana instituiu, criou e sustentou um mundo cindido, hierarquizado, marcado pela exploração e dominação, tão somente ela é capaz de transformá-lo.

A possibilidade de transgredir tais parâmetros coloniais se sustenta, de acordo com Simas e Rufino (2020), através do exercício de pensar para além da métrica dominante, reivindicando, para isso, práticas e tecnologias ancestrais que forjam, desde sempre, uma resistência a esse projeto de sociedade parida pelo estupro, abuso e opressão que produz, a todo tempo, o trauma e a humilhação. Recuperar a memória ancestral dos povos e toda sua sabedoria é, sobretudo, protestar contra a política de produção de esquecimento e destruição de toda outra forma de existência (SIMAS; RUFINO, 2020).

Para traçar um outro contorno possível para a realidade, que se comprometa com a superação da métrica colonial, há de se inspirar em propostas como a do Bem Viver que afirmam um outro mundo possível. Esse projeto revolucionário surge enquanto uma alternativa política forjada a partir de mobilizações populares de povos latino-americanos que resistem continuamente e protestam contra o projeto de assalto – à natureza e às subjetividades – a qual a vida está sujeita. Na contramão da exploração e acumulação perpétua, sustentadas pelo discurso eurocêntrico e colonial do desenvolvimento – que vem custando caro à vida no/do planeta –, a utopia do Bem Viver aponta para saídas aos impasses da humanidade a partir construção de um novo modo de ser centrado na autossuficiência e autogestão dos seres humanos em harmonia com a natureza (ACOSTA, 2016).

O Bem Viver apresenta-se como uma provocação à construção comunitária de outras formas de vida que se orientem para emancipação dos sujeitos ao resgatar as condições do coletivo, da solidariedade, da democracia, aproximando-se da discussão sobre o comum de Dardot e Laval (2017). É,

portanto, uma alternativa política que se faz a partir da atividade dos seres – e, por isso, sempre inacabada e em construção – que convida a romper radicalmente com visões desenvolvimentistas que penhoram almas em favor da fantasia de progresso. Ao contrário da maior parte das soluções vendidas, o Bem Viver não se pretende resumível a receitas e dicas passo-a-passo, mas, na verdade, se coloca enquanto projeto que arrisca um “presente-futuro outro” (RODRIGUES, 2020, p. 54) a partir da dissolução desse modo de sociabilidade que se funda nos valores próprios da lógica da colonialidade (ACOSTA, 2016).

Para além da concepção defendida pelo Bem Viver, algumas outras propostas, como a da Afrocentridade (NASCIMENTO, 2009), se constituem também enquanto uma resposta à perspectiva eurocêntrica, colonizadora e racista, denunciando-a como não-universal. De acordo com essa perspectiva afrocentrada, a vida dos povos conquistados foi, desde sempre, manipulada de fora a partir de referências e métodos que não lhes eram próprios (MAZAMA, 2009). Intentando superar essa contradição, defendem que é chegada a hora desses povos se reancorarem em sua própria matriz histórica e cultural para a produção de caminhos e perspectivas que lhes façam sentido. Essa reconstrução de uma história que foi “encoberta” (NASCIMENTO, 2009, p. 192) permite a expansão da perspectiva histórica da humanidade a partir da valorização de outros pontos de vista que partem das experiências desses sujeitos não-ocidentais marginalizados rumo a sua libertação através do descobrimento de outra forma de ser (FANON, 1968).

Inspirando-se no olhar afrocentrado, que busca recriar a história da diáspora africana, pode-se pensar em tantas outras formas “divertidas” – que divertem, versam por caminhos outros (RODRIGUES, 2020, p. 570) – de se contar a(s) história(s) de modo a incluir tantas perspectivas quanto possível para contemplar o pluralismo sem hierarquizá-lo. Partir do território latino-americano e mudar a geografia da razão (ALCOFF, 2016), implica reconhecer e considerar muitos pontos de vista – dos povos originários, dos povos africanos e de tantos que construíram a história e a geografia desse espaço – para pôr fim às versões que, até então, foram produzidas pelo colono (FANON, 1968), implicando em uma decolonização da epistemologia (ALCOFF, 2016).

Essas – e tantas outras – formas dissidentes de compreensão da realidade possibilitam a emergência de saberes-resistência que se opõem à pretensa primazia da narrativa ocidental e europeia, promovendo uma perturbação do poder-saber instituído. Esse movimento tende a implicar que os mais diversos campos de saber-fazer e, sobretudo, os próprios sujeitos se (re)encontrem com sua realidade, abandonando de vez a miopia (MARTÍN-BARÓ, 1997).

Machado e Lavrador (2010, p.121) afirmam que “[...] cada época suscitará a necessidade vital de invenção de potências de possíveis e essa invenção precisará ser forjada em imanência com um dado contexto histórico”. Partindo dessa compreensão e entendendo que a noção de história admitida aqui diz respeito àquela sensível às contradições da realidade que demandam e produzem devires, a análise sobre modos de subjetivação decoloniais é o devir da história que se orienta pelas (e para as) utopias que se pretende alcançar (MACHADO E LAVRADOR, 2010).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente ensaio se propôs, desde o princípio, enquanto ferramenta de inquietação que fomentasse a construção de uma capacidade crítica e reflexiva sobre as lógicas que atravessam os processos de subjetivação em territórios que sofreram processo de colonização. Na contramão do pensamento científico tradicional que busca por respostas e afirmações verdadeiras, buscou-se, aqui, instigar análises e reflexões sobre a história que produziu e produz modos de ser e existir coloniais/colonizados, para então, discutir a possibilidade de construção – ou resgate – de modos de ser e existir decoloniais, plurais e sujeitos.

A análise sobre esse processo de dominação que nos funda, enquanto povos latino-americanos, nos permite compreender como o poder colonial – marcado pela violência e pelo abuso da força vital – agiu sobre os corpos produzindo sua sujeição e qual o modo de subjetivação vigente que continua a reproduzir a cafetinagem da vida, afinal, atualizamos as contradições e hierarquias coloniais através das relações cotidianas que objetificam, reduzem e

dominam o outro por meio, inclusive, de políticas públicas invasivas que, muitas vezes, gerenciam e instrumentalizam existências ao incluí-las perversamente na formatação da lógica dominante.

Tensionar o mundo a partir dessas construções implica repensar a forma como nos colocamos diante de nós mesmos e da vida, para então, ensaiarmos a transformação estrutural que almejamos através, principalmente, da modificação profunda dos dispositivos micropolíticos de produção de subjetividades que, neste caso, deverão se tornar aqueles que se direcionam para a promoção da liberdade e autonomia dos sujeitos.

As reflexões propostas neste ensaio partiram da experiência e resistência continuada dos povos latino-americanos somadas a contribuições provenientes de diferentes latitudes que permitiram uma discussão ampliada sobre os processos de produção de subjetividades. É importante ressaltar que não houve a pretensão de esgotar as discussões acerca das políticas de subjetivação coloniais/colonizadas, afinal, poderíamos incorrer no erro de reduzir toda a complexidade dessas categorias. Na verdade, aceitando a provocação de Ailton Krenak sobre a possibilidade de adiar o fim do mundo ao contar mais uma história, apostamos que os estudos que, assim como esse, se propõem a discutir a temática da colonialidade – e sua superação – operam a favor do adiamento do fim do mundo, contando outras histórias.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ALCOFF, L. M. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Revista Sociedade e Estado**, Rio de Janeiro, v. 31, n.1, p. 129-143, 2016. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/se/a/xRK6tzb4wHxCHfShs5DhsHm/?lang=pt&format=pdf>  
. Acesso em: 19 out. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

ESPÓSITO, Y. B. Subjetivação necropolítica e a materialidade do pós-estruturalismo. **Agenda Política**, São Carlos, v. 8, n. 1, p. 313-336, 2020. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/322>. Acesso em: 01 jun. 2021.

FERREIRA, A. C. Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial. **Revista Sociedade e Estado**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 255-288, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/LMbR7mNnPDM7CXV5L59MkFR/?lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2021.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1968. Disponível em: [http://www.kilombagem.net.br/wp-content/uploads/2015/07/Os\\_condenados\\_da\\_Terra-Frantz-Fanon.pdf](http://www.kilombagem.net.br/wp-content/uploads/2015/07/Os_condenados_da_Terra-Frantz-Fanon.pdf). Acesso em: 19 out. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/foucault-michel-em-defesa-da-sociedade.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

GALEANO, Eduardo. **As Veias abertas da América Latina**. 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar**: a escola do mundo ao avesso. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

IANNI, Octávio. **Enigmas do Pensamento Latino-Americano**. 1. ed. São Paulo: IFCH/Unicamp, 2005. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/iannienigmas.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4886744/mod\\_resource/content/1/A\\_QUEDA\\_DO\\_CEU.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4886744/mod_resource/content/1/A_QUEDA_DO_CEU.pdf). Acesso em: 19 out. 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5727070/mod\\_resource/content/1/ideias-para-adiar-o-fim-do-mundo-1-34.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5727070/mod_resource/content/1/ideias-para-adiar-o-fim-do-mundo-1-34.pdf). Acesso em: 19 out. 2021.

MACHADO, L. D; LAVRADOR, M. C. C. As políticas que incidem sobre a vida. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 118-133, 2010. Disponível em:

<http://www.revispsi.uerj.br/v10n1/artigos/pdf/v10n1a09.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

MANSANO, S. R. V. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 110-117, 2009. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/946>. Acesso em: 01 jun. 2021.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v.2, n.1, p. 7-27, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>. Acesso em: 01 jun. 2021.

MAZAMA, Ama. A Afrocentridade como um novo paradigma. *In*: NASCIMENTO, E. L. **Afrocentridade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 111-128.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. 1. ed. Lisboa: Antígona, 2014. Disponível em: <https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2020/11/MBEMBE-Achille.-Cr%C3%ADtica-da-raz%C3%A3o-negra1.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Artes & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 19 out. 2021.

NASCIMENTO, E.L. O olhar afrocentrado: introdução a uma abordagem polêmica. *In*: NASCIMENTO, E. L. **Afrocentridade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 181-196.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Peru Indígena**, Lima, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 117-142. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso em: 19 out. 2021.

RODRIGUES, H. B. C. **As subjetividades em revolta**: institucionalismo francês e novas análises. 1. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.

ROLNIK, Suely. **Geopolítica da cafetinagem**. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Geopolitica.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2021.

SCHUMAN, L. V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia e Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 83-84, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/ZFbbkSv735mbMC5HHCsG3sF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2021.

SILVA, R. N. A dobra deleuziana: políticas de subjetivação. **Revista Departamento de Psicologia UFF**, v. 16, n. 1, p. 55-75, 2004. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-505034>. Acesso em: 05 nov. 2021

SIMAS; L. A; RUFINO, Luiz. **Encantamento**: sobre política de vida. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. Disponível em: <https://morula.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Encantamento.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.